

A ARQUITETURA MISSIONEIRA: UMA NOVA ABORDAGEM

Günter Weimer*

RESUMO

Ordinariamente, tem sido privilegiada a descrição e análise das construções "eruditas" das Missões. São raros trabalhos que se ocuparam com o estudo das habitações e do espaço urbano. Em vez de partir da visão "européia" da conformação do espaço, inverteu-se o enfoque para examinar a questão sob o ponto de vista do indígena.

A partir das funções da aldeia tupi-guarani antes da chegada dos jesuítas, são apresentadas as relações que as formas arquétipas mantinham para com o espaço construído nas Missões e que levaram à conclusão de que o complexo urbano mantinha um vínculo umbilical com as soluções ancestrais das aldeias americanas, o que deu uma dimensão nova ao estudo da aplicação dos conceitos do barroco à arquitetura pelos jesuítas.

INTRODUÇÃO

É difícil encontrar, na arquitetura, um tema que tenha sido objeto de interpretações mais contraditórias que a das Missões Jesuíticas.

A razão de tal diversidade, provavelmente, advém da escassez de documentos e da dificuldade do acesso aos mesmos. A "incrível" façanha de um punhado de padres que conseguiram catequizar milhares de indígenas e estabelecer o domínio sobre uma região que ia do Prata até o oriente boliviano, deve ter contribuído para colocar a imaginação em ação. Quando esta conquista ainda apresenta a peculiaridade de ter sido realizada à maneira dos heróis do cristianismo primitivo com o qual nos acalentam a fantasia desde tenra infância, parece que se juntaram os ingredientes básicos que têm alimentado tão rica bibliografia que, via de regra, tende mais para literária que para científica.

Isto, no entanto, não quer dizer que não tenham sido produzidos textos de valor e, como queremos analisar a questão da arquitetura, por profissionais consagrados onde o trabalho de Lúcio Costa intitulado "A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil", escrito em 1941, tem de ser citado como o marco da inflexão a favor da ciência.

De uma forma geral, no entanto, esta produção tem sofrido de dois males: um enclausuramento dos estudos dentro das diversas fronteiras políticas que só recentemente começou a ser rompido e o segundo se refere ao modo de como o problema é enfocado.

Em seu conhecido livro sobre as Missões, o padre Sepp relata suas dificuldades em ensinar aos indígenas as lides da terra: em vez de ará-la, preferiam comer os bois. De pouco adiantavam seus sermões nem os castigos que eram impingidos aos transgressores: somente com o máximo de cuidado, os padres conseguiam impedir que fossem assados os animais domesticados, utilizando, como lenha, os próprios arados! A conclusão do padre Sepp era de que os índios eram preguiçosos, glútones, imprevidentes e imediatistas. Em resumo: um caso perdido! (Sepp, 1972, p. 143).

Na base deste juízo está o fato de que Sepp não tomou em consideração a cultura do indígena. Se o padre tivesse prestado mais atenção ao modo de vida de seus pupilos, teria percebido que, desde milênios, a agricultura sempre foi exercida pelas mulheres e, mais que isto, era tabu para os homens. Por outro lado, quem tratou da caça, isto é, de conseguir as proteínas para a alimentação de toda a tribo, foram os homens para os quais o abate de qualquer animal era o procedimento mais corriqueiro.

Esta simples questão mostra a profundidade do fosso existente entre as duas culturas: se para Sepp era incompreensível que o indígena que não queria plantar no verão para poder comer no inverno, inversamente, o índio não podia entender porque o padre ficou enfurecido se o boi estava gordo e ele, com fome. Noutros termos cada um dos protagonistas estava seguro de seu ponto de vista e de que o outro estava errado.

Em realidade, este relato transcende os acontecimentos circunstanciais e encerra, em si, o *modus procedendi* das análises que tem sido feito da arquitetura jesuítica. A questão, porém, tem um agravante: da mesma forma como quem escreveu o texto foi um europeu e, em consequência, indígena entrou na história sob a perspectiva da concepção européia, assim também a arquitetura sempre foi examinada sob o prisma da cultura ocidental.

Como ponto de partida para a análise da arquitetura das Reduções, têm-se tomado as leis filipinas sobre o traçado das vilas e cidades, que estabeleciam que as massas arquitetônicas deveriam ser implantadas ao seu redor de uma praça, a "Plaza Mayor" a partir da qual seria traçada uma rede viária de ruas ortogonais entre si, sendo que as edificações mais importantes deveriam ocupar pontos estratégicos em volta do espaço central.

Os restos que sobraram destas Reduções, resumem-se nas ruínas dos prédios de pedra (igreja, colégio, oficinas). Das construções dos indígenas, sobrou quase nada, pelo menos acima do solo. A documentação do setor indígena da cidade se resumia, praticamente, a relatos e desenhos que confirma-

vam a semelhança do traçado aos dispositivos legais das “leys de Indias”. Daí se ter concluído que todo o complexo urbano não passava de uma mera adaptação do código filipino. Esta é a razão pela qual não se ter encontrado maiores motivações para dar atenção aos restos que não eram encontrados dentro dos estritos limites das construções “nobres” (Curtis, 1983, p.30-3).

Esta imposição traz consigo alguns problemas. Em primeiro lugar, é sabido que a atuação dos jesuítas mantinham uma larga margem de independência diante do poder real espanhol. Sua exclusiva fidelidade ao Papa foi motivo de inúmeros atritos para com o governo vice-real e motivo de sua posterior expulsão do território espanhol. Muitos padres nem eram de origem ibérica. Por que os jesuítas haveriam, então, de se submeter a um código que, além do mais, havia sido concebido para outros fins? Por outro lado, a norma espanhola dizia que os prédios deveriam ser implantados AO REDOR da praça e não, como os jesuítas o fizeram, sobre um único alinhamento (ainda que o “cabildo” ficassem no lado oposto dos prédios de pedra).

Além disto, há uma terceira questão que intriga: será que os indígenas seriam efetivamente passivos a ponto de não contribuírem em nada na conformação de espaço em que eles, afinal de contas, eram a maioria absoluta?

Tudo isto está a indicar que, da missa, só se contou a metade.

A ARQUITETURA VISTA DO PONTO DE VISTA INDÍGENA

Já que os arquitetos brasileiros têm sido omissos no estudo da arquitetura popular, os conhecimentos disponíveis sobre as construções indígenas provêm de antropólogos e outros especialistas em ciências humanas. Através deles sabe-se que as aldeias da cultura tupi-guarani compunham-se de quatro grandes casas ordenadas, duas a duas, ortogonalmente entre si, formando uma grande praça quadrada entre elas. Nela eram realizados os cerimoniais tribais. Mais do que um simples espaço aberto, esta praça era o símbolo de unidade social e da organização político-administrativa.

Uma variante importante para o nosso estudo foi a que Baldus encontrou entre os tapirapé em que o número de casas eram de oito e dispostas duas a duas em cada lado da praça (Costa & Malhano, 1986, p.79).

A unidade habitacional era coletiva e abriga os integrantes de uma miclã. Ao contrário da maioria dos demais grupos indígenas, os tupi-guaranis tiveram uma vida extremamente sedentária. Se a casa envelhecia, ela era queimada e a nova construção era edificada no mesmo local. Isto demonstra o avançado desenvolvimento de sua “cultura de morar”. As casas eram asseadas e as pessoas tinham um comportamento apropriado dentro delas.

As casas tinham planta retangular com cerca de 12m de largura por quase tanto de altura. O comprimento variava em função do tamanho da tribo variando entre o mínimo de 60m (assurini) e o máximo de 200m (tupinambá). A estrutura da casa constava de varas flexíveis que eram fincadas no chão e vergadas para serem amarradas numa cumeeira central que era sustentada por uma estrutura longitudinal plana. A fim de dar maior estabilidade ao conjunto e uniformizar o arco das varas, era construída uma estrutura complementar a uma altura de pouco mais de 2m em que um caibro em cada lado recebia as tensões das varas. Para equilibrar os esforços, linhas horizontais colocadas no nível dos caibros mantinham constante o afastamento entre os mesmos. Desta forma, o espaço interno era dividido em módulos de cerca de 6 por 6m, que correspondiam à área de uma família celular. As linhas e caibros serviam para amarrar as redes que eram recolhidas durante o dia de maneira a que se formasse um corredor central por onde circulavam os habitantes e ao longo do qual eram preparados os alimentos. A casa tinha uma pequena porta em cada extremidade e outra central, voltada para a praça.

Se este esquema tradicional for comparado aos desenhos deixados pelos missionários, serão encontradas surpreendentes semelhanças. A praça central era quadrada com cerca de 130m de lado e duas casas em cada lado (conforme o esquema dos tapirapé), todas com aproximadamente 60m de lado, medidas anteriormente referidas. Cada casa era composta de módulos, dois no sentido transversal e um número variado, porém, bem maior, no sentido longitudinal (de acordo com o tradicional esquema tupi-guarani).

A par das semelhanças, no entanto, podem ser encontradas algumas diferenças. Vejamos como Sepp descreve a casa dos índios:

“E dentro da casa — onde está a saleta? Onde o dormitório, a cozinha, adega, dispensa, e onde o pão na dispensa, e onde o vinho e a cerveja na adega, e onde as panelas e as bacias de estanho na cozinha, e onde a cama no dormitório? Tudo isto os índios têm reunidos numa só peça. Não há passagem alguma do quarto de dormir para a saleta, sua adega é um porongo oco, com o qual buscam a água no rio e do qual também bebem. Quem pode dependurar sua casa, qual longa rede de pescar transada de fibra de palmeira, entre duas árvores, é rico... A porta da casa tem três palmos de largura e seis palmos de altura (66 por 132cm). Não é feita de tábuas, mas de couro de boi; nunca é fechada, porque na casa não há nada que possa ser roubado. Ela vai ter à saleta, cozinha, dormitório e adega, porque saleta, cozinha, dormitório e adega são a mesma coisa, isto é, nada mais que uma choça trevosa. Aí dentro dormem pai, mãe, filhos e netos, quatro cachorros e três gatos e maior número de camondon-

gos e ratos, e pululam os grilos e certos coleópteros... É fácil adivinhar o cheiro insuportável que tudo isto emana, numa choupana tão apertada, baixa e pequena" (Sepp, 1972, p.69-70).

Percebe-se daí que a modificação básica foi que o tradicional módulo habitacional foi fechado por paredes embora conservasse a minúscula porta e nele continuasse a ser cozinhado. A cobertura continuou a ser de palha. O fechamento de paredes aliado ao emprego de novos materiais com os quais o indígena não estava familiarizado, levaram a que as condições higiênicas entrassem em decadência, evidenciada pelo mau cheiro.

Neste relato, Sepp esqueceu-se de referir que diante dos cubículos havia um corredor que passava ao longo de toda a construção.

Por estes dados percebe-se que a velha casa guarani foi preservada em larga escala. As modificações introduzidas levaram a uma inversão das funções da casa: em vez de um corredor-cozinha central, criaram-se dois, ambos voltados para o exterior. A introdução de paredes internas quebrou com a continuidade espacial interna. O mesmo vale para a estrutura básica da família do indígena.

As razões destas modificações certamente foi a imposição dos jesuítas de acabar com a "promiscuidade" na forma da utilização do espaço seja por pudores quanto ao relacionamento sexual, seja por preconceitos quanto a práticas eventuais de poligamia ou poliantria bem como para fomentar a indissolubilidade matrimonial. Não é possível aqui nos aprofundarmos nos fundamentos sociológicos que levaram aos indígenas a adotar estes procedimentos porém como os mesmos se chocavam com os preceitos do criatinismo, os padres não os entenderam — à semelhança do que aconteceu entre Sepp e o indígena quanto ao entendimento da finalidade do boi — e por isto fizeram todo o esforço em aboli-las. A consequência foi desastrosa: no plano da arquitetura, degradaram-se as funções das habitações e no plano social, as formas tribais de vida.

Este, porém, não parece ter sido o maior problema arquitetônico a ser enfrentado pelo indígena em sua difícil convivência com a nova ordem: os jesuítas impuseram um novo sistema de proporções desconhecido pelo indígena. Em sua forma ancestral, as casas se distribuam igualmente em torno da praça central. Com os jesuítas, um dos lados desta praça recebeu uma modificação radical: as casas foram substituídas por um longo muro que dividia as atividades em duas metades opostas. Diante dele estava o mundo indígena; atrás do mesmo escondiam-se os segredos do homem branco, com sua tecnologia e sua ciência. Os índios ficaram deslumbrados com estes conhecimentos e estavam amplamente propensos a adquiri-los. Porém, para tanto, tiveram de pagar um alto preço com a sua submissão. Com o muro de pedra

ou de taipa, rompeu-se definitivamente a integridade do mundo guaraníco. Em termos arquitetônicos, a escala do cotidiano foi substituída pela monumental. Se antes, o acesso à aldeia podia se realizar igualmente por todos os lados, agora, na medida em que uma das faces da praça foi diferenciada, foi igualmente diferenciada a utilização deste espaço e, com isto, foi privilegiada uma só e esta foi escolhida e traçada para valorizar o conjunto de construções de pedra.

A geração dum grande avenida concebida com todos os recursos do barroco, criaram todo um conjunto de símbolos que privilegiaram as concepções européias em detrimento das do mundo do índio, o que se exprimia na oposição de materiais (a perecível palha da casa do indígena diante da perecível pedra do jesuíta), de dimensões (nas atarracadas choças modificadas dos índios diante das sobrebas proporções das construções sacerdotais), na ordenação das residências adicionais que foram sendo agregadas à aldeia no sentido de prolongar a avenida de acesso e implantada em paralelo ao grande muro de separação dos dois mundos com o óbvio sentido de enfatizar ainda mais a divisão. Esta avenida tinha por ponto focal a torre da igreja que era o único elemento vertical do conjunto e, com isto, se firmava como o marco disciplinador de todo o espaço. Como o ponto focal era um só, parece-nos estéril a discussão em torno da hipotética existência de uma segunda torre. Na criação do monumentalismo, desempenhava papel importante a ênfase formal dada ao “cabildo” como uma espécie de “contraponto” plástico cuja finalidade era dar ainda mais destaque ao conjunto sacral. Por sinal, o artifício fica bem evidente se for considerado que a função autoritária atribuída formalmente ao cacique — que ele nunca desempenhou na organização ancestral — era marcada pelo destaque de dois prédios e não de um só como seria a exigência da lógica funcional. Trata-se, portanto, de um recurso estético utilizado com fins cenográficos de criar ênfases mesmo que para tanto tivessem de ser sacrificadas as imposições programáticas.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, pretende-se ter demonstrado que as construções “eruditas” não foram as únicas que tinham significado dentro do complexo urbano das Missões Jesuíticas e, se as mesmas não foram referidas mais exaustivamente, é porque elas já foram bastante estudadas por outros autores e porque pretendia-se privilegiar a desprezada influência indígena na conformação espacial do complexo missionário.

Nesta conformação, foram utilizados os recursos provenientes da cultura do indígena, que, no entanto, foram subvertidos com a finalidade de lhe

impor novos conteúdos estranhos aos procedimentos ancestrais e canalizados no sentido de criar uma escala monumental que, desde a mais remota antiguidade, sempre serviu a um só fim: a submissão de uma parte da sociedade a outra. Isto demonstra que as relações sociais entre as diversas classes da sociedade missioneira não foi tão pacífica como tem sido apregoado.

NOTAS

* Professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BIBLIOGRAFIA

- COSTA, Lúcio (1941). A arquitetura jesuítica no Brasil. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, nº 5.
- COSTA, Maria Heloisa F. & MALHANO, Hamilton B. (1986). Habitação Indígena Brasileira. In: RIBEIRO, Berta. *Suma Etnológica Brasileira*. Petrópolis, Vozes/Finep, p. 27-108.
- CURTIS, J.N.B. de (1983). O espaço urbano e a arquitetura produzida pelos Sete Povos das Missões. In: WEIMER, G. (org.). *A arquitetura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Mercado Aberto, p. 27-52.
- DELAROLE, Renato (1983). A casa Tupi-Assurini: significado e construção. In: *Projeto*. São Paulo, nº 57, nov. 83, p. 57-61.
- KERN, Arno Alvarez (1982). *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- LUGON, Clovis (1977). *A República "Comunista" Cristã dos Guarani*. 3.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- NOVAES, Sylvia Caiuby (org.) (1983). *Habitações indígenas*. São Paulo, Nobel/USP.
- SCHADEN, Egon (1969). *Aculturação indígena*. São Paulo, Pioneira/USP.
- (1974). *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*. São Paulo, EPU/USP.
- SEPP, Antônio (1972). *Viagem às Missões Jesuíticas e trabalhos apostólicos*. São Paulo, Martins/USP.
- SILVEIRA, Hemetério José Veloso da (1909). *As Missões Orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre, Carlos Echenique.
- SUAREZ, Virgilio & IBANEZ, Aquino (1977). *Chiquitos: Misiones Jesuíticas*. Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, Universidad Gabriel Rene Moreno.